

A PRESENÇA DE PRODUTOS DA INDÚSTRIA BÉLICA DO BRASIL E DA ARGENTINA NA GUERRA IRÃ-IRAQUE (1980-1988)

THE PRESENCE OF PRODUCTS OF THE BRAZILIAN AND ARGENTINIAN DEFENSE INDUSTRY IN IRAN-IRAQ WAR (1980-1988)

JOSÉ LUIZ SILVA PREISS ¹
Faculdade IDEAU Caxias do Sul-RS
E-mail: jpreiss.ez@terra.com.br

Resumo: O presente artigo analisa a inserção da indústria bélica do Brasil e da Argentina no Oriente Médio, no período da Guerra Irã-Iraque (1980-1988), quando ocorreu a maior visibilidade de produtos militares brasileiros em um conflito, ao mesmo tempo em que contava com a concorrência dos artigos da indústria de defesa do principal rival sul-americano. Naquele período, os dois países latino-americanos mostravam-se como opções para fornecimento de armas. O estudo analisa a venda de material bélico argentino e brasileiro aos beligerantes daquele conflito por meio da utilização de documentos do SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*), na leitura da bibliografia e documentação brasileira e argentina. À guisa de conclusão, mostra as consequências desta comercialização, assim como os reveses econômicos para as indústrias de material bélico nos dois países sul-americanos.

Palavras-chave: Brasil, Argentina, Oriente Médio, Indústria Bélica.

Abstract: *This article aims to analyze action of the Brazilian and the Argentinian defense industry in the Middle East during Iran-Iraq War (1980-1988), when the products of the Brazilian industry became known because of the conflict. At same time, it was seen the competition of defense industry of these main south-american opponents. In that moment, both latin-american countries were considered options by Iran and Iraq as dealers of weapons. This study is based on documents of SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute), as well as on bibliographical and documental analysis of Brazilian and Argentinian diplomatic sources. After describing the beginning of the weapons export to the Middle East during the proposed period, showing and analysing the consequences of this trade and the economic backset to the Argentinian and Brazilian defense industry.*

Keywords: *Brazil, Argentina, Middle East, Defense Industry.*

¹ Bacharel em Letras PUCRS Habilitação de Tradutor (1992). Licenciado em História FAPA (2004). Especialista em História do Mundo Afro-asiático FAPA (2005). Mestre em Relações Internacionais UFRGS (2007). Doutor em História PUCRS (2013). Condecorado com a Medalha Mérito de Ensino da Brigada Militar RS (2009). Professor do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Anglo-americano/ IDEAU Caxias do Sul- RS (2010-)

Introdução

A indústria bélica brasileira começou a sua trajetória abastecendo os arsenais das Forças Armadas Brasileiras e, em 1974, a África recebia um lote de EE-11 “Urutu”, que equiparia o Exército do Gabão. Posteriormente, outras forças naquele continente passaram a receber equipamentos da indústria de defesa brasileira. Países latino-americanos também já compravam material bélico nacional, assim como recebiam treinamentos de instrutores brasileiros como Honduras, Guatemala e El Salvador, conforme Lei Nº 5.809, de 1972 e, posteriormente, pelo Decreto 71.733, de 1973. Seria uma questão de tempo para que o Oriente Médio fosse contatado e passasse a fazer parte do rol de compradores de armas brasileiras.

A necessidade do Brasil pelo petróleo do Oriente Médio era uma consequência do Primeiro Choque em 1973². A maioria dos países se ressentia da falta do insumo causada pela redução da oferta pela OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo). O governo brasileiro buscou criar uma relação com a Arábia Saudita, logo após a abertura da legação brasileira em Riad, para ser abastecido por aquele país do Oriente Médio. Por outro lado, quando o Iraque nacionalizou a sua produção de petróleo proporcionou ao governo iraquiano o apoio brasileiro. No final de 1973, o Iraque passava a substituir a Arábia Saudita como principal fornecedor de petróleo para o Brasil, estabelecendo-se uma parceria comercial que se mostraria extremamente vantajosa para a indústria bélica brasileira na década de 1980.

A Argentina já vinha mantendo contatos com a Líbia desde a metade da década de 1970, com a intenção de buscar o apoio árabe para a causa das Falklands/Malvinas, enquanto os líbios pediam uma maior atuação argentina pró-Palestina e, conseqüentemente, um posicionamento mais contundente contra o Estado de Israel no conflito árabe-palestino-israelense. As várias mudanças na política interna argentina, que acabaram por afetar as relações exteriores do país, levaram a um

² O Primeiro Choque do Petróleo, em 1973, foi a resposta dos governos dos países árabes produtores do insumo ao governo dos EUA, quando o presidente Nixon decidiu enviar armamentos estadunidenses para Israel durante a Guerra do Yom Kippur, naquele ano. Os ministros árabes do petróleo reunidos na OPEP conjuntamente decidiram cortar em 5% a produção do insumo, em setembro daquele ano, e manter esta redução nos meses seguintes até que as tropas israelenses abandonassem as posições conquistadas na guerra de 1967 e que os palestinos tivessem seus direitos reconhecidos. A venda de petróleo passou a ter critérios. Os países foram classificados como: neutros, hostis e amigos, conforme suas posições diante da causa árabe. Aqueles considerados amigos mantiveram seus carregamentos na totalidade, os neutros obtiveram o insumo com restrições e os hostis não receberam nenhuma quantidade de petróleo. O impasse durou de outubro de 1973 a março de 1974. (HIRO, 1998, 228)

atraso na inserção da indústria bélica argentina no Oriente Médio. Esta desordem interna impedia também uma unidade do tratamento dos temas envolvendo árabes e israelenses. Apesar de manter uma política de equidistância no conflito, como o Brasil também mostrou, qualquer postura de entendimento da causa árabe-palestina gerava uma interpretação de ato anti-Israel.

A fronteira entre o Irã e o Iraque era constantemente contestada pelos dois países uma vez que reclamavam de demarcações feitas ainda no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)³. O governo iraquiano reivindicava parcelas de território que julgavam terem sido tomadas pelos iranianos. Nos primeiros anos da década de 1970, as tensões quase chegaram ao conflito armado. As Forças Armadas Iraquianas também combatiam os curdos nas montanhas ao norte do país. Naquele momento, o conflito trazia os iranianos para apoiar os iraquianos, uma vez que a guerrilha curda também buscava refugio em território iraniano. A tentativa de estabelecer um país para os curdos fazia com facções desta etnia operassem na Turquia, Síria e Iraque, levando estes países a uma resposta militar às facções do grupo étnico. (TRIPP, 2003)

As tentativas de estabelecer a paz entre o Irã e o Iraque, na década de 1970, alcançaram êxito com os Acordos de Argel, em 1975. Os governos se comprometeram em reconhecer as fronteiras estabelecidas. Por outro lado, a condição de aliado dos EUA que o Irã mantinha e a aproximação feita entre Bagdá e Moscou, no início daquela década, faziam com que ambos os países comprassem grande quantidade de material bélico. Isto servia para estabelecer uma posição de defesa contra os curdos e para demonstrar que os termos acordados, na capital argelina, tinham sido tão somente um paliativo às demandas de fronteira, principalmente na região de Shatt-al-Arab, que era o foco da disputa entre aqueles países do Oriente Médio.⁴

Este cenário propiciou o acirramento das tensões entre o Irã e o Iraque na década de 1970, assim como ofereceu condições para Brasil e Argentina estabelecerem relações comerciais mais lucrativas. Primeiramente, a busca pelo petróleo árabe impulsionou os dois países sul-americanos

³ As divergências começaram com a contestação pelo Iraque do que havia sido acordado, em 1913, no Protocolo de Constantinopla. Posteriormente, revisto, em 1937. (HIRO; 1998; 126)

⁴ O Tratado Internacional de Fronteira e Boa Vizinhança entre Irã e Iraque, conhecido também como Acordo de Argel, assinado em 1975, substituiu aquele estabelecido, em 1937, por ambos os países. O novo acordo estabelecia a fronteira terrestres e fluviais entre os dois países, além de contar a cláusula de combater infiltrações subversivas. O documento, segundo Dilip Hiro, apresentava a inscrição “*shall be final and permanent*” (deverá ser final e permanente). (HIRO, 1998;126)

nos contatos com os fornecedores daquela região. Posteriormente, a perspectiva de fornecer material bélico às forças armadas de países árabes fez com que houvesse um aumento de produção e de capacidade nas indústrias de defesa dos dois países latino-americanos, embora esbarrassem no quesito transferência de tecnologia sensível.

O Brasil e fornecimento de armas aos países do Oriente Médio

A principal medida brasileira de inserção no Oriente Médio foi buscar fontes de fornecimento de petróleo, principalmente após o Choque de 1973, causado por pressão da OPEP. Além da Arábia Saudita e Iraque, o governo brasileiro comprava o insumo de países como Angola, Argélia e Nigéria na África. Com o estabelecimento da legação brasileira no Iraque, o Governo Médici contemplou a perspectiva de trocar armas fabricadas no Brasil por petróleo. A ascensão do Governo Geisel, trazendo o Pragmatismo Responsável, levou a se estabelecer a busca de novos mercados ⁵. A venda de armas para as Forças Armadas Iraquianas tornou-se uma fonte renda excelente para a indústria bélica nacional, principalmente porque a campanha contra os curdos se acirrava e o Irã ainda era visto como inimigo. (GARCIA, 2005).

A necessidade iraquiana de encontrar novos fornecedores de material bélico residia principalmente na questão do Irã ser um dos principais aliados dos EUA e contar com apoio europeu. Após a primeira metade da década de 1970, a frágil paz estabelecida em Argel foi rompida por conflitos na fronteira entre o Irã e o Iraque, que trouxeram a mediação da ONU para a região. As baixas iraquianas eram constantes, em função do conflito com os curdos e com os choques com bem treinadas tropas do Exército Iraniano. Os reservistas iraquianos passavam a ser

⁵ O Pragmatismo Responsável e Ecumênico foi a denominação dada à política externa do Governo Geisel (1974-1979), tendo como chanceler o embaixador Azeredo da Silveira. O primeiro passo desta ação era aproximar-se dos países árabes, permitindo a abertura de um escritório da OLP, em Brasília, apoiar o voto antissionista na ONU e exportar produtos primários, industrializados e serviços em troca de petróleo para os países árabes. A extensão deste projeto atingiu os países socialistas e africanos, apoiados pela URSS, como Angola. Houve o reatamento de relações diplomático-comerciais com a República Popular da China. Na ONU, o Brasil passou a ter um protagonismo proporcionado pelo seu posicionamento voltado ao Terceiro Mundo. Isto aumentou consideravelmente a presença comercial brasileira na África. Em relação aos países capitalistas, o Governo Geisel favoreceu as relações comerciais com a Europa Ocidental, principalmente, com a então Alemanha Ocidental e com o Japão. No âmbito latino-americano, o discurso ufanista de grande potência foi abandonado. As conversações com a Argentina, a fim de solucionar os contenciosos sobre energia elétrica, foram iniciadas. A Iniciativa Amazônica foi lançada pelo Brasil unindo os países sul-americanos contra a internacionalização da região, reiterando a soberania dos países sobre suas áreas de floresta amazônica. Por outro lado, a política externa do Governo Geisel desencadeou uma reação adversa do governo estadunidense. (VIZENTINI, 1998, 202-212)

coinvocados em maior número e as reservas iraquianas eram gastas rapidamente. O Brasil candidatava-se a fornecer material bélico ao Iraque (SCHWAM-BAIRD, 1997).

O Governo Geisel, que havia denunciado o Acordo Militar Brasil-EUA, mostrava a capacidade da indústria bélica brasileira em produzir em grande quantidade. À época do rompimento do acordo somente 20% do equipamento nos arsenais brasileiro era estrangeiro. Empresas como ENGESA, EMBRAER, AVIBRÁS e IMBEL poderiam também colocar no mercado internacional, como fizera a ENGESA no Gabão, equipamentos militares de fabricação nacional. (TIMMERMANN, 1992)

A URSS não mais oferecia grandes quantidades de armas ao Iraque, fazendo com que o governo iraquiano passasse a buscar novos fornecedores. A produção de armamentos das indústrias bélicas brasileiras podia ser oferecida ao Iraque, que naquele momento era o comprador em potencial. Um total de 400 blindados brasileiros foram vendidos ao Iraque com um valor de 200 milhões de dólares.⁶ Esta primeira compra concretizada pelo Governo Iraquiano passou a influenciar a produção de material bélico brasileira, isto passou a fomentar o setor com a criação de novas empresas com mão de obra especializada para atender o mercado iraquiano. (SCHWAM-BAIRD, 1997)

⁶ As empresas de material bélico brasileiro como ENGESA, AVIBRAS, EMBRAER e IMBEL iniciaram suas atividades vendendo armas para as Forças Armadas Brasileiras. Posteriormente, estabeleceram-se no mercado internacional de armamentos vendendo blindados, mísseis, aviões e armas leves para vários países. A ENGESA responsável pelos blindados adotados pelo Exército Brasileiro comercializou seus produtos com países do Oriente Médio e África, além de países latino-americanos. Os blindados receberam nomes de serpentes, como: jararaca, urutu e cascavel, sendo conhecidos como “As Cobras da ENGESA”. A mesma empresa fabricou o EE-T4 “Ogum”, veículo de reconhecimento com a perspectiva de fabricação em outras versões como transporte de tropa e ambulância, porém tais projetos não foram desenvolvidos. O EE-T4 “Ogum” foi levado pela empresa para apresentação inicial na Primeira Exposição Internacional de Produtos Militares, em Bagdá, 1989. A ENGESA decretou falência em 1995, após o projeto do carro de combate EE-T1 “Osório” não lograr êxito, quando a encomenda feita pela Arábia Saudita foi cancelada no início daquela década. A AVIBRAS forneceu à Força Aérea Brasileira uma série de mísseis, assim como desenvolveu projetos baseados em mísseis soviéticos e, posteriormente, vendê-los ao Iraque, como o SS-600, baseado no Scud B, e o Al-Hussein, que foi desenvolvido pela indústria bélica iraquiana, mas com know how brasileiro. O seu produto principal foi o lançador de foguetes Astros II. A EMBRAER ganhou notoriedade com o desenvolvimento do avião EMB 312 “Tucano”, comercializado com vários países da América Latina, África e Oriente Médio, além de vendê-lo à Grã-Bretanha. A empresa também projetou o avião EMB 110 “Bandeirante” e o EMB 111 “Bandeirante Patrulha”, produzindo também o EMB 326 “Xavante” fabricado sob a licença da Aermacchi italiana e vendido pelo Brasil à Argentina e ao Paraguai. A EMBRAER e a AVIBRAS permanecem em atividade. A IMBEL ainda atende aos pedidos para fornecer armas de infantaria para as Forças Armadas Brasileiras e Polícias Militares. (SIPRI, 2013)

O Iraque dava a sua resposta ao eixo Washington-Londres, aliado do Irã, que ordenou o embargo ao petróleo iraquiano. Por sua vez, a gratidão iraquiana ao Brasil seria retribuída pela oferta do insumo, visto que o governo iraquiano precisava comercializar grandes quantidades estocadas de óleo. A exploração deste insumo era extremamente vantajosa visto que era extremamente baixa e comprovadamente a reserva iraquiana duraria 130 anos. A PETROBRAS, por meio da BRASPETRO, começou a auxiliar o Iraque nesta prospecção. (ATTUCH; 2003)

O Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu os compromissos de seu antecessor de manter os contratos de venda de material bélico para os países do Oriente Médio, principalmente porque a necessidade do petróleo árabe aumentava. Aquela região configurava-se como o melhor fornecedor do insumo e era o melhor comprador de armas brasileiras, porém o governo argentino já havia feito a mesma constatação. A rivalidade no Oriente Médio por petróleo e por mercados de material bélico começava ainda na década de 1970 a ser visível.

A Argentina e as relações estratégicas com o Oriente Médio

O início da década de 1970 mostrou-se promissor para as relações comerciais da Argentina com os governos árabes pró-palestinos. A República Árabe Unida (R.A.U.)⁷ havia se colocado como parceiro comercial, comprando grandes quantidades de commodities argentinas, além de munições e armas. (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2011). A própria Líbia se comprometia em emprestar ao governo argentino US\$ 250 milhões. Os investimentos líbios em território argentino iam além, com o estabelecimento de empresas de produção de alimentos e materiais de construção. Havia a promessa de remessas de petróleo de Trípoli para Buenos Aires no montante de 3 milhões de metros cúbicos. (KAUFMAN; SHAPIRA; BORROMI, 1979).

A Argentina, em função de disputas com o Chile pelo Canal de Beagle, mostrava necessidade de equipar a sua Força Aérea. O governo israelense não apresentou nenhuma negativa ao governo argentino em comprar armas, apesar dos líbios serem excelentes parceiros comerciais da Argentina e inimigos dos israelenses. Aviões e mísseis fabricados em Israel foram vendidos à

⁷ R.A.U. (República Árabe Unida) foi a união estabelecida entre Egito e a Síria, além de uma efêmera participação do Iêmen. A R.A.U. perdurou até 1961, embora o Egito tivesse adotado esta nomenclatura até 1971. (HIRO;1998;330). A documentação diplomática argentina mantém a denominação egípcia.

Argentina, assim como ao Chile (SHARAK, 2007). O Brasil, por sua vez, negava-se, naquele período, a comprar material bélico israelense para manter a capacidade de produção das indústrias brasileiras e evitar atritos com os parceiros comerciais árabes. (SHARAK, 2007)

Enquanto o Brasil e o Iraque mantinham um rentável acordo para ambos envolvendo armas e petróleo, a Argentina tinha no Estado de Israel o seu principal fornecedor de material bélico, ainda conseguindo manter a Líbia como fornecedor de petróleo. Por outro lado, havia sempre a perspectiva de se conquistar novos mercados. O então Chefe de Estado-Maior da Força Aérea Argentina, Ernesto Crespo, entre 1977 e 1978, viajou oito vezes ao Egito, Líbano e Líbia. Estes países poderiam ser compradores de armas argentina, uma vez que os arsenais do Exército Argentino vinham, desde 1973, desenvolvendo o TAM (Tanque Argentino Mediano). O projeto, assim como outros da indústria bélica argentina, dependia de tecnologia estrangeira. A indústria bélica sul-americana necessitava do fornecimento de tecnologia sensível dos EUA, Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental para fomentar projetos e conquistar a capacidade de fabricar equipamentos mais modernos. (ARGENTINA MISSILE CHRONOLOGY, 2012).

As viagens do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea Argentina mostraram ter tido êxito, quando o Egito começou a buscar informações sobre o então projeto missilístico argentino. O governo daquele país do Oriente Médio passou a questionar a eficácia do material bélico soviético nos seus arsenais e começou a buscar substitutos em países não alinhados. O Projeto Condor seria muito mais que a criação de um míssil para constar dos arsenais convencionais, o objetivo era criar uma arma com capacidade nuclear. Do ponto de vista egípcio, a Argentina já tinha conquistado a condição de construir tal artefato com tecnologia nacional. Por outro lado, a ajuda alemã do consórcio Messerschmitt-Bölkow-Blohm (MBB) seria muito útil para aumentar a capacidade do míssil. (SIRRS, 2006)

A Argentina, próximo do final da década de 1970, ocupava a 44ª posição como exportador de armas, enquanto o Brasil no mesmo período entre a 17ª e 18ª posições. O início das vendas de material bélico brasileiro para o Oriente Médio, segundo o SIPRI, data de 1975. Antes de terminar a década de 1970, o Brasil já tinha comercializado, além dos 400 blindados com o Iraque, 500 com a Líbia e 20 com o Catar. Todo este avanço na fabricação e comercialização de

material bélico brasileiro era feita por meio da publicidade organizada e oferta contemplada no PNEMEM (Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar) ⁸, estabelecida naquele decênio. (SIPRI, 2013)

Conforme as tensões cresciam no Oriente Médio, maiores eram as perspectivas de novas vendas de material bélico brasileiro e argentino. A Líbia, ao invadir o Chade, chegou a ocupar uma parcela do território daquele país, o que proporcionou uma compra de US\$ 108.000.000 de material bélico para as Forças Armadas Líbias nos anos de 1975-1978. (SIPRI, 2013). Por sua vez, o governo argentino assistia à consolidação do rival brasileiro na posição de fabricante e exportador de blindados leves, isto fez com que a indústria bélica argentina almejasse a condição de exportador de mísseis, o Projeto Condor já havia chamado a atenção do governo egípcio. (BARCELONA; VILLALONGA, 1992). Seria na década de 1980 que haveria um progresso na venda de armas destes dois países sul-americanos para o Oriente Médio.

O Princípio das hostilidades entre Irã-Iraque (1979-1980)

O Irã, sob o governo do Xá Mohamed Reza Pahlevi, enfrentava uma séria crise interna desde 1977, que se iniciou com a censura imposta pelo regime. A coordenação desta resposta política era feita por seguidores do *ayatollah* Khomeini, que estava asilado na França, desde 1964, por ordem do próprio monarca iraniano. O movimento fora orquestrado em mesquitas, com o clero xiita ordenando o assassinato dos membros das Forças Armadas do Irã. A situação se agravou com a greve deflagrada por trabalhadores do setor petrolífero, em 1978, que causou a paralisação da produção do insumo no Irã. Logo, passou a ser uma greve geral. A SAVAK, polícia secreta do regime, não tinha mais condições de combater os focos da rebelião, que, em 1979, terminou por derrubar o Xá, que buscou exílio no Egito.

O Iraque, por sua vez, enfrentava a rebelião curda ao norte, aumentando significativamente seus gastos militares. Saddam Hussein procurava impor uma unidade política no país. O recrutamento militar tornou-se universal, além da criação de uma organização para a juventude, que

⁸ O PNEMEM estabelecia uma série de diretrizes para a venda de material bélico brasileiro para as forças armadas de nações amigas. O processo que se seguia era: a) demonstrações de produtos; b) a participações em feiras internacionais do setor de defesa; c) a confecção e atualização de catálogos com equipamento militar disponível; d) a emissão de solicitações de apoio e pesquisa às embaixadas brasileiras; e) o treinamento de oficiais estrangeiros em academias militares brasileiras, subentendendo-se que, eventualmente, ditos oficiais promoveriam a aquisição de produtos bélicos para as suas respectivas forças armadas. (ÁVILA; 2011;226-228)

aproximaram a população do governo. Entidades paramilitares criadas pelo regime, assim pelo Partido Ba'ath mantinham a vigilância sobre o Estado. A Assembleia Nacional foi criada, dando a impressão que haveria uma supervisão popular ao governo o que criaria outro símbolo de unidade nacional. Na realidade, era um engodo, pois todos os membros do parlamento eram investigados pelos serviços de inteligência. Não haveria nenhuma forma de contrapor o poder de Saddam Hussein. (TRIPP, 2003).

Se no Irã a revolta xiita se consolidava e depunha o governante aliado dos EUA, no Iraque os xiitas eram deportados. Os chamados “xiitas iranianos” tiveram seus bens confiscados e leiloados. Cerca de 40.000 foram retirados de suas propriedades, que foram tomadas pelo governo. Havia a nítida intenção do governo iraquiano de evitar a formação de quadros e grupos que colocassem em risco o poder de Saddam Hussein. As principais ações foram as execuções, prisões e deportações para o Irã de novos expoentes entre os xiitas. Como consequência da vitória da Revolução Islâmica, em 1979, o Irã passava a ser o principal objetivo do governo iraquiano e colocava o mundo em prontidão diante do Segundo Choque do Petróleo. (TRIPP, 2003)

A deterioração das relações entre os dois países já era visível em 1979. O péssimo tratamento dado pelo governo iraquiano aos xiitas ajudou a agravar a crise diplomática. Na verdade, o novo regime radical do Irã era visto pelo governante iraquiano como uma maior ameaça existente na região. Para Saddam Hussein, a sua afirmação como líder regional era evidente. As questões territoriais que ficaram mal resolvidas pelos Acordos de Argel (1975) foram retomadas pelo Iraque. A anexação iraniana das “Ilhas Árabes”, em 1971, e a reafirmação do caráter árabe sobre o Curdistão iraniano eram fatores que mostravam a predisposição ao embate. A incerteza sobre o futuro de Shatt-al-Arab ajuda a fomentar uma situação que de todas as formas apontava para o conflito armado. (TRIPP, 2003)⁹

Os primeiros confrontos ocorreram na fronteira, em 1980. Apesar de ser o início da guerra, o comando militar do Irã carecia de lideranças capacitadas e de material bélico moderno. As Forças

⁹ Charles Tripp relata as tensões que tiveram origem em novembro, de 1971, quando o Irã ocupou as ilhas de Tunbs e Abu Mussa, no Golfo Pérsico. Por outro lado, o autor demonstra que o ponto de disputa por parte do Iraque era mesmo Shatt-al-Arab. (TRIPP; 2003;232-233)

Armadas Iranianas tinham passado por uma depuração. Experientes oficiais das antigas unidades leais ao Xá foram fuzilados, o principal fornecedor de armamentos, os EUA, fora declarado inimigo com a embaixada invadida e com o quadro diplomático tomado como refém. A área da administração militar necessitava de pessoal treinado, não havia fornecimento de equipamentos, pois o Irã estava isolado internacionalmente. (TRIPP, 2003)

Na Assembleia Nacional, em 17 de setembro de 1980, Saddam Hussein cancelou os acordos assinados na década de 1970 e declarou a soberania total iraquiana sobre Shatt-al-Arab. No dia 22, do mesmo mês, as forças terrestres do Iraque invadem o território iraniano, enquanto a Força Aérea Iraquiana bombardeia posições e bases no Irã. O ato de guerra iraquiano foi mal calculado, pois a revolução e o país viram nesta agressão o ponto que culminaria com a defesa da própria revolução e do solo pátrio. (HIRO, 1991)

A Guerra Irã-Iraque (1980-1988): as vendas de material bélico brasileiro e argentino

Em setembro de 1980, com o início das hostilidades, o governo iraquiano anunciava a captura de territórios iranianos, a partir de uma ação dirigida contra pontos estratégicos dentro do Irã, atingindo alvos militares e econômicos, como bases aéreas, quartéis do Exército e da Guarda Revolucionária, além de oleodutos e refinarias.¹⁰ Nos primeiros meses do conflito, em função de lideranças militares melhor treinadas, o Iraque levou vantagem. Por outro lado, a resistência iraniana atrapalhava as ações das forças terrestres iraquianas nas cidades do Irã. Em outubro de 1980, a situação já se mostrava como uma guerra de desgaste. A Força Aérea do Irã bombardeava os oleodutos iraquianos. O Iraque começava a ter perdas econômicas, perdendo sua posição como exportador de petróleo. (POLLACK, 2004)

Em 1981, o Irã lançava a contraofensiva, enquanto cisões internas no governo iraniano se acentuavam. Conflitos entre a Guarda Revolucionária, as milícias e o Exército foram superados

¹⁰ A Guerra Irã-Iraque foi considerado o conflito convencional mais longo do século XX. Os autores dividem a guerra em oito fases, com cronologia variável, que podem mostrar divisões por meses ou anos. O número de mortos divulgado oficialmente pelo Irã é de 194.931, enquanto que os iraquianos ainda estimam seus mortos. Dilip Hiro traz o dado de 160.000 a 240.000 iraquianos mortos. (HIRO;2003; 95-98)

aos poucos. Isto acabou por fortalecer a resistência iraniana, levando à recuperação de áreas dentro de território iraniano anteriormente tomadas por tropas iraquianas. As potências ocidentais, EUA e seus aliados da OTAN, decidiram ajudar militarmente o Iraque. Tendo sido a mesma escolha feita pelas monarquias árabes.

Os governos do Brasil e da Argentina viram a oportunidade de exportar para estes dois países quaisquer itens que fossem necessários para as populações. O governo argentino aproveita-se da condição de que a Argentina desfrutava “País Não Alinhado” para comercializar com os dois países beligerantes. O Brasil já estava fornecendo equipamentos militares para o Iraque e a certeza de novas aquisições pelas forças armadas daquele país apenas aumentava.

Naquele momento, a Argentina preparava a oferta do Projeto Condor I e II para os iraquianos. O Egito também já tinha demonstrado interesse no projeto missilístico argentino, que seria fabricado nos arsenais egípcios sob o nome de Badr 2000. (BARCELONA; VILLALONGA, 1992). O Brasil por sua vez procurava observar potenciais negociações de armamentos na região, firmando com a Arábia Saudita um acordo militar, que colocava o país em vantagem sobre a Argentina. (REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013). A AVIBRAS vendeu para o Iraque 67 sistemas de foguetes Astros II, em 1981, sendo que estava prevista uma reposição de 260 lançadores deste modelo, no período de 1984-1986. A EMBRAER concretizou a venda de 80 aviões EMB-312 “Tucano”, em 1983, sendo a entrega feita a partir de 1985. (SIPRI, 2015)

De acordo com Kenneth R. Timmermann, o Brasil estava bastante endividado, o que era um risco para manutenção do regime militar. Os juros da dívida externa eram pagos em bilhões de dólares e o Iraque constitui-se na melhor opção para o Brasil, como melhor parceiro na compra de armamentos e melhor fornecedor de petróleo (TIMMERMANN, 1992). O governo iraquiano colaborava com a indústria bélica brasileira com transferência de tecnologia de mísseis soviéticos Scud B para a AVIBRÁS. Esta manobra iraquiana acabou por aumentar a rivalidade no âmbito da América do Sul, pois a capacidade de produzir mísseis acirrou a competição no Oriente

Médio, pois os técnicos argentinos haviam feito melhorias no seu Projeto Condor II e o ofereceriam no Oriente Médio a novos compradores (ATTUCH, 2003).

A resposta brasileira foi a união da EMBRAER, ESCA, ENGESA e IMBEL, que se criaram uma empresa de sistemas bélicos avançados para oferecer a Saddam Hussein um protótipo de um míssil a ao governante iraquiano. Em 1987, a AVIBRAS vendeu o sistema de foguetes Astros II para a Arábia Saudita. As compras realizadas por este país do Oriente Médio possibilitaram ao Brasil um lucro de 50 milhões de dólares. (SIPRI, 2013). O Brasil também projetava seu míssil balístico, isto fez com vários técnicos iraquianos viessem ao país para aprender a desenhar e projetar armas. Os técnicos iraquianos produziram a partir desta experiência o míssil *Al Hussein*, utilizando antigas configurações de mísseis soviéticos (TIMMERMANN, 1992).

A fabricação de mísseis pela indústria bélica iraquiana mostrou avanços com o auxílio brasileiro. A tecnologia brasileira, levada a Bagdá pelo Brigadeiro Hugo Piva, foi ampliada após o governo brasileiro ter assinado com a China um acordo militar bastante abrangente, o que ofereceu para a indústria bélica brasileira melhorias consideráveis nos sistema de navegação e combustível sólido para os mísseis. Cientistas alemães, brasileiros e iraquianos conseguiram, com ajuda chinesa, finalizar o projeto do míssil *Al-Abbas*. Este artefato poderia alcançar alvos a 860 quilômetros. Outros exemplares da indústria missilística iraquiana já tinham sido desenvolvidos, como o *Al-Hijara*, que fora projetado com a função específica destruir instalações nucleares no Irã e em Israel. (ZALOGA; 2006)

A guerra mostrava sinais indeléveis nas economias dos dois países do Oriente Médio. O Brasil procurava vender novos produtos, pois, o Iraque começou a atrasar o pagamento dos produtos da indústria bélica brasileira (LOPES, 1994). Aquele era o momento de tentar “aliviar” o prejuízo. A EMBRAER buscou novos compradores para os aviões EMB – 312 “Tucano”, uma vez que o governo iraquiano reduziu o número de unidades que seriam compradas. A alternativa foi aceitar a oferta dos iranianos. O conflito chegava ao fim, porém a indústria bélica brasileira mostraria prejuízos irrecuperáveis levando o fechamento de várias empresas.

O governo brasileiro, em 1987, observava um decréscimo nas suas vendas de material bélico. A opção de vender aviões ao Irã trouxe para a EMBRAER a possibilidade de comercializar não

apenas os EMB-312 “Tucano”, mas peças, contratos de manutenção e treinamento. Chegou-se a treinar pilotos e técnicos iraquianos e iranianos concomitantemente em território brasileiro. Os iraquianos foram treinados em São José dos Campos (SP) na sede da empresa, enquanto os iranianos recebiam instruções em Lagoa Santa, em Minas Gerais. (COOPER; BISHOP; LUCCHESI, 2006)

O principal fator, que levou a indústria bélica brasileira a um prejuízo histórico, foi a tentativa de fabricação do carro de combate EE-T1 “Osório” em larga escala. O blindado, desenvolvido pela ENGESA, seria oferecido a países do Oriente Médio, principalmente à Arábia Saudita. Um processo de compra foi estabelecido, sendo analisados blindados de vários países, como da Grã-Bretanha, histórico fornecedor de carros de combate ao Real Exército Saudita. Nobres sauditas se interessaram pelo projeto brasileiro e vieram visitar a empresa.

O contrato seria o maior já estabelecido por um fabricante de armas do Hemisfério Sul, 1 bilhão de dólares, constituindo-se um alento para a ENGESA, assim como o Astros II era para a AVIBRAS e os “Tucanos” e os “Bandeirantes” eram para a EMBRAER. O Real Exército Saudita, por imposição do EUA e dos tradicionais aliados da Europa, optou por manter as fontes tradicionais de blindados para suas unidades de carros de combate. Outro fator que foi decisivo na eliminação do “Osório” foi ter componentes de fabricação de países que concorreram com ele nos testes no deserto saudita. Sem estas peças estrangeiras, o projeto do carro de combate brasileiro estava inviabilizado. (PEREIRA, 2003)

As consequências do conflito Irã-Iraque para a Argentina também foram exitosas. No que diziam respeito às vendas para os iranianos, havia apenas a comercialização de dois canhões 155 mm (SIPRI, 2015). Por outro lado, em relações ao Iraque, houve uma triangulação com o auxílio de aviões comerciais argentinos. Aeronaves argentinas carregaram 360 toneladas de armas entre Tel Aviv e Bagdá, em 1981. Esta seria uma imposição do governo israelense para vender às Forças

Armadas Argentinas, equipamentos militares para reequipar, principalmente, a Força Aérea Argentina. As armas levadas para Bagdá teriam como destino o Aeroporto Internacional Saddam Hussein. (SANCHEZ, 2012). Os argentinos suspenderam a venda de 24 aviões “Pucará” aos iraquianos, pois era necessário fazer uma reserva de armamentos uma vez que a guerra com os britânicos pela disputa das Falklands-Malvinas já era evidente para o governo argentino. (BARCELONA; VILLALONGA, 1992)

Após a redemocratização na Argentina, os contatos com o Irã se aprofundaram visando ao fornecimento de material bélico argentino à República Islâmica do Irã. Aviões “Pucará” e os blindados TAM foram oferecidos às Forças Armadas Iranianas, que nunca se concretizou. (MENDEZ, 2008). Uma tentativa de transportar equipamentos militares argentinos pelo Aeroporto de Barajas, na Espanha, foi frustrada por autoridades alfandegárias daquele país europeu. A carga composta de 5.000 pistolas e 60 metralhadoras pesadas foi apreendida (MENDEZ, 2008). As tratativas de venda do míssil Condor II para o Egito foram exitosas, o artefato foi fabricado naquele país do norte da África. Por outro lado, este projeto foi desenvolvido em solo egípcio contando com apoio financeiro iraquiano (BARCELONA; VILLALONGA, 1992). As relações da indústria bélica argentina com os países árabes e com o Irã chegavam ao seu epílogo. A Argentina mostraria uma relação extremamente proveitosa no campo nuclear com os iranianos.

Considerações Finais

O Brasil e a Argentina conseguiram responder satisfatoriamente aos pedidos de venda dos produtos de suas indústrias de material bélico a países da América Latina e Oriente Médio, principalmente à época da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). Por outro lado, fatores como falta de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), dependência de tecnologia de ponta de países como EUA, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental, além da crescente dívida externa, fizeram com que as indústrias bélicas destes países perdessem espaço e, em muitos casos, fechassem as portas. Em alguns casos, continuaram com atividades menores, após acumularem dívidas vultosas.

Naquele momento, não havia condições para as empresas brasileiras e argentinas do ramo progredirem. Mesmo na África, os clientes brasileiros de material bélico assumiam novos contratos com China e Rússia. O cenário do Oriente Médio era completamente desfavorável, uma vez que o governo iraquiano não honrou compromissos com as empresas brasileiras. Outro fator foi o cancelamento do pedido de blindados EE-T1 “Osório” pela Arábia Saudita que expôs a falta de perspectiva de permanecer no mercado de material bélico da ENGESA, comprovando a sua fragilidade em concorrer em um campo que necessitava da maior capacitação tecnológica.

A Argentina, por sua vez, nunca foi um fornecedor preferencial de armas para o Oriente Médio, conquistando a condição de vender armas naquela região em função de um conflito que abria oportunidades e a necessidade possibilitava que qualquer tipo de equipamento militar pudesse ser comercializado, mesmo que não tivesse agregada uma tecnologia de última geração. As fábricas de material bélico argentinas tinha tradição em abastecer países vizinhos, como Bolívia e Paraguai, e, posteriormente, outros clientes latino-americanos, como Nicarágua e El Salvador, também necessitados tão somente de armamento convencional. As próprias Forças Armadas Argentinas não tinham arsenais abastecidos de forma majoritária por equipamentos de fabricação nacional. A derrota na Guerra das Malvinas deixou isto evidente, pois vários países foram contatados para abastecer os arsenais argentinos e a qualidade dos equipamentos produzidos na Argentina estava a quem das necessárias para fazer frente às modernas armas britânicas.

O Projeto Condor I e II foi abandonado, não podendo ser levado adiante no território argentino por questões econômicas e políticas. O governo argentino não pode desenvolvê-lo sem o auxílio financeiro do Iraque. A Argentina, pós-redemocratização, priorizava reestabelecer em suas forças armadas em uma capacidade de operacionalidade mínima. O programa de fabricação de mísseis argentino foi aproveitado no Egito. Vindo a comprovar que o país sul-americano teve êxito em desenvolver esta secção de sua indústria bélica.

O Brasil conseguiu uma sobrevida no fornecimento de material bélico convencional ao Iraque, principalmente, porque tinha capacidade de produção de matéria prima. As siderúrgicas brasileiras respondiam pelo fornecimento de forma a abastecer a indústria bélica nacional. Por

outro lado, a Argentina carecia desta matéria prima, o que explicava a sua incapacidade de produzir equipamentos em grande quantidade para abastecer os seus próprios arsenais. Além das limitações da indústria bélica do Brasil e da Argentina para fornecerem equipamentos mais modernos aos seus clientes no Oriente Médio, a pressão estadunidense exerceu um forte papel no cancelamento de pedidos às fábricas de material bélico dos dois países sul-americanos.

O fornecimento de material bélico a países das Américas também já não era mais uma certeza de lucros às empresas do setor que tinham permanecido no mercado. Com o final da Guerra Fria, novos fornecedores chineses, russos e de outros países com know-how mais qualificado, acabaram por tomar de Brasil e Argentina parcelas de fornecimento de material militar, principalmente, na América do Sul e Central. Novas realidades políticas fizeram com que a China e a Rússia conquistassem mercados, que antes eram exclusividade dos EUA e seus aliados regionais.

De qualquer maneira, não se pode negar a vantagem que a indústria bélica brasileira alcançou sobre a sua concorrente argentina. Os contratos estabelecidos com o Iraque deram às fábricas brasileiras a capacidade, por certo espaço de tempo, de conseguirem, dentro de suas capacidades, criarem armamentos especificamente desenhados para a utilização em cenários que precisavam de equipamentos que suportassem condições climáticas e de terreno diversas daquelas vistas em território brasileira. Por outro lado, desenvolveu aeronaves que contaram com a aceitação e respeito internacional, além de um sistema de mísseis que chamou a atenção de compradores em zona de guerra.

Referências Bibliográficas

Argentina Missile Chronology, In Ten Years of NTI: building a safer World. Disponível em [http://: www.nti.org](http://www.nti.org). Acesso 25 março 2012.

ATTUCH, Leonardo. (2003), Saddam: o amigo do Brasil. Rio de Janeiro. Qualitymark.

ÁVILA, Carlos F.D. (2011), “O Brasil, a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM- e o comércio internacional de armas: um estudo de caso”. In Tempo. Vol. 16 N° 30, pp. 221-241.

BARCELONA, Eduardo; VILLALONGA, Julio. (1992), *Relaciones Carnales: la verdadera historia de la construcción y destrucción del míssil* Buenos Aires, Editorial Planeta.

COOPER, Tom; BISHOP, Farzad; LUCCHESI, Cláudio. (2006), “O Tucano no Irã.” Revista Asas: revista de cultura e história da aviação. Brasília (DF), Vol. 5, n° 30, pp. 62-65.

GARCIA, Eugênio Vargas. (2005), *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Brasília (DF) Contraponto.

HIRO, Dilip. (1991), *The Longest War: the Iran-Iraq military conflict*. Nova Iorque. Routledge.

_____.(1998), *Dictionary of the Middle East*. Nova Iorque. St. Martin’s Press.

KAUFMAN, Edy, SHAPIRA, Yoram, BARROMI, Joel. (1979), *Israel-Latin America Relations*. New Brunswick (Nova Jersey) Transaction Book.

LOPES, Roberto. (1994), *Rede de Intrigas*. Rio de Janeiro. Record.

MÉNDEZ, Norberto Raul. (2008), *El Rol de las Colectividades árabe-islámica y judia de la Argentina respcto del Médio Oriente (1947-2007): peso, influencia y posiciones de estas colectividades en relaciones com política interior y exterior del estado argentino y sobre la sociedad civil argentina global en el concerniente al conflicto del Médio Oriente y las interestatales entre Argentina y países de esa área. La existência o no de um lobby judio*. Univerisdad Nacional de La Plata, Facultad de Ciências Jurídicas y Sociales, Instituto de Relaciones Internacionales, Tese de Doutorado.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz (2003), *A Política Externa do Governo Sarney diante do reordenamento internacional (1985-1990)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POLLACK, Kenneth. (2004), *Arabs at War.: military Effectiveness 1948-1991*. Lincoln e Londres. University Of Nebraska Press.

REPUBLICA ARGENTINA. MINISTERIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO Convenio Comercial entre el Gobierno de la

Republica Argentina y el Gobierno de la Republica Árabe Unida. Ministério de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de la Republica Argentina. Disponível em: <http://tratados.cancelaria.gob.ar/index.php> Acesso 15 de maio de 2011.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Acordo de Cooperação Comercial Brasil e Reino da Arábia Saudita 02/04/1975. Brasília. Disponível em http://www.dai-mre.gov.br/pesquisa_ato_bil. Acesso 08 de janeiro de 2013.

SÁNCHEZ, Gonzalo. (2012), *Malvinas los vuelos secretos*. Buenos Aires. Planeta.

SCHWAN-BAIRD, David M. (1997), *Ideas and Armaments: military ideologies in the making of Brazil's arms industry*. Lanham: University Press of America.

SHARAK, Israel. (2007), *El Estado de Israel armo las dictaduras en América Latina*. Buenos Aires. Editorial Canaán.

SIPRI, Arms Transfers Database. Disponível em <http://www.sipri.org>. Acesso 04 de fevereiro de 2013.

_____. Arms Transfers Database. Disponível em <http://www.sipri.org>. Acesso 24 de março de 2015.

SIRRS, Owen L. (2006), *Nasser and the Missile Age in the Middle East*. Londres. Routledge.

TIMMERMAN, Kenneth. (1992), *O Lobby da Morte*. Rio de Janeiro: Objetiva.

TRIPP, Charles. (2003), *História do Iraque ou do nascimento e estado de uma nação*. 2ª ed. Lisboa. Mem Martins.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (1998). *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.

ZALOGA, Steven. (2006), *Scud Ballistic Missile and Launch System 1955-2005*. Oxford, Osprey.